



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

171

HABEAS CORPUS Nº 0199246-1

IMPETRANTE: Bel. Antônio Niceas do Nascimento

PACIENTE: Onildo Lopes Mendes

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. Nilton de Araújo Barbosa

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS* LIBERATÓRIO. ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL EM RAZÃO DE EXCESSO DE PRAZO NA CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. INOCORRÊNCIA. PROLONGAMENTO DO FEITO DEBITADO UNICAMENTE À DEFESA. SÚMULA 64 DO STJ. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

1. Da análise das informações prestadas pelo Juízo impetrado, verifica-se que já foi oferecida defesa preliminar e realizada audiência de instrução, onde foram ouvidas as testemunhas de acusação e interrogado o acusado, encontrando-se o feito no aguardo de devolução de cartas precatórias expedidas para oitiva de testemunhas da Defesa, bem como do pronunciamento desta sobre testemunha que não foi encontrada e sobre o endereço correto da testemunha residente em outro Estado da Federação;

2. Vê-se, portanto, que o prolongamento do feito deve-se unicamente à Defesa, aplicando-se ao presente caso o disposto na Súmula nº 64, do Superior Tribunal de Justiça;

3. Ordem denegada. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do *habeas corpus* nº 0199246-1 em que figura como impetrante o Advogado Antônio

Immm

6



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

172

Niceas do Nascimento, e como paciente Onildo Lopes Mendes, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada no dia ____ de dezembro de 2009, por decisão unânime, em denegar ordem, tudo conforme consta no relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife, 16 de dezembro de 2009.


Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

173

HABEAS CORPUS Nº 0199246-1

IMPETRANTE: Bel. Antônio Niceas do Nascimento

PACIENTE: Onildo Lopes Mendes

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. Nilton de Araújo Barbosa

RELATÓRIO

Trata-se de *habeas corpus* com requerimento de concessão de medida liminar, impetrado por Antônio Niceas do Nascimento, em favor de Onildo Lopes Mendes, apontando como autoridade coatora a Excelentíssima Juíza de Direito da Segunda Vara Criminal da Comarca de Paulista/PE, juízo perante o qual o impetrante responde ao processo nº 231.2008.006801-1, acusado de praticar os crimes de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido e porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, tipificados nos arts. 14 e 16, da Lei nº 10.826/2003, respectivamente.

Afirma o impetrante que o paciente foi preso em flagrante delito em 15.11.2008, e argumenta, em apertada síntese, que este sofre constrangimento ilegal por excesso de prazo, pois se encontra detido há mais de 300 (trezentos) dias, sem que a instrução criminal tenha sido encerrada.

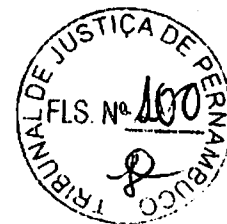
Requer o relaxamento da prisão do paciente e a conseqüente expedição do competente Alvará de Soltura em seu favor.

A inicial veio instruída com os documentos de fls. 07/23.

Decisão Interlocutória, às fls. 30/31, indeferindo o pedido de liminar.

Instada a se pronunciar, a autoridade dita coatora apresentou as informações de fls. 47/65.

Immm



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

174

Em parecer de fls. 92/93, a Procuradoria de Justiça, na pessoa do Dr. Nilton de Araújo Barbosa, opinou pela denegação da ordem.

É o relatório.

VOTO DO RELATOR

Como relatado, pretende o impetrante o relaxamento da prisão do paciente, alegando, para tanto, excesso de prazo para o encerramento da instrução criminal.

Primeiramente, informo a existência dos Habeas Corpus nºs 133503/PE e 0182838-8, o primeiro impetrado perante o Superior Tribunal de Justiça, enquanto que o segundo foi ajuizado neste Tribunal de Justiça, ambos em favor do paciente do presente *writ*. Nos referidos *mandamus* foram analisados os argumentos de excesso de prazo e inexistência de motivos ensejadores da prisão preventiva, tendo sido ambos julgados pela denegação da ordem, à unanimidade.

Verifico, entretanto, que no presente *mandamus* é tão-somente alegado o excesso de prazo no encerramento da instrução criminal, e mesmo que também tenha sido apreciado nos *writs* acima referidos, como é sabido, trata-se de matéria que pode ser novamente levantada no decorrer do tempo, uma vez que a coação pode advir no transcurso da ação penal. Por esta razão, passo a analisá-lo.

Em que pesem os argumentos apresentados pelo impetrante, entendo como inexistente o alegado excesso de prazo para a formação da culpa.

Immm

2



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

175

Isso porque, conforme detalhadamente demonstrou a autoridade apontada como coatora, o prolongamento da instrução do feito é debitado unicamente à Defesa do paciente, senão vejamos:

O paciente encontra-se preso por força de flagrante delito desde 15.11.2008, e foi denunciado pelo Ministério Público como incurso nas penas dos arts. 14 e 16 da Lei nº 10.826/03.

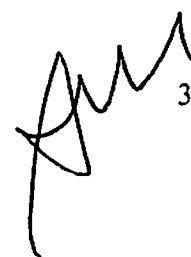
O inquérito policial foi remetido ao Juízo impetrado em 24.11.2008, tendo sido a denúncia recebida em 01.12.2008, mesmo ato em que foi determinada a citação do paciente para responder à acusação. A defesa foi apresentada no mesmo dia, tendo sido arroladas testemunhas residentes em outras comarcas, o que depreendeu a expedição de cartas precatórias.

Foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 23.03.2009, que, segundo notícia a autoridade indicada como coatora, tratava-se da data mais próxima possível, diante da extensa pauta de audiências referentes a processos de réus presos constantes naquele Juízo.

A audiência realizou-se na data marcada, ocasião em que foram ouvidas as testemunhas de acusação e foi interrogado o acusado. As testemunhas arroladas pela defesa não compareceram. Ao final da audiência, o patrono do acusado requereu que fossem acrescidas ao seu rol mais duas testemunhas, uma delas residente no Estado de Alagoas, o que foi deferido pela Magistrada *a quo* para não haver futura alegação de cerceamento de defesa.

Nova audiência para oitiva das testemunhas de defesa, designada para o dia 08.06.2009, não foi realizada em virtude da impossibilidade do Juiz Substituto presidí-la. Referida audiência foi remarcada para a data de 15.07.2009, que também não ocorreu, desta vez em virtude da ausência do Advogado Constituído pelo acusado e das testemunhas de defesa.

Immm


3



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

176

Posteriormente, com o retorno das cartas precatórias, foi informado ao Juízo impetrado que a testemunha residente em Olinda/PE, apesar de devidamente intimada, não compareceu à audiência designada, tendo sido a Defesa intimada para se pronunciar a respeito, ocasião em que esta insistiu na oitiva da referida testemunha. Da mesma maneira, foi informado à autoridade apontada como coatora, pelo Juízo deprecado da Comarca de Recife/PE, que no local fornecido pela Defesa não residia a pessoa para cuja intimação era endereçada.

Verificou-se, também, que o endereço fornecido pela Defesa, como sendo o da testemunha residente no Estado de Alagoas, era inexistente, tendo sido o Advogado constituído pelo acusado intimado para informar o endereço correto da referida testemunha.

Em despacho datado de 23.10.2009 (fls. 88), a autoridade indicada como coatora determinou a intimação da Defesa do acusado para:

“a) mais uma vez, e pela última, dizer se ainda insiste em aguardar o retorno das Cartas Precatórias, diante do disposto no artigo 222, parágrafos 1º e 2º do CPP, advertindo da sua contribuição direta para o sempre alegado excesso de prazo; b) se pronunciar sobre a testemunha não localizada na Comarca do Recife, Sra. Amora Socorro de Figueiredo, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de preclusão, informando seu endereço atual e correto para lá ser ouvida, acaso insista na sua oitiva; c) informar o endereço correto da testemunha Ednaldo Rocha Santos, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de preclusão, acaso insista na sua oitiva.”

Conforme visto, a douta Magistrada tem atuado com diligência nas determinações dos atos processuais, despachando com celeridade, enquanto que a Defesa do paciente tem contribuído diretamente para o atraso no andamento do processo, arrolando várias testemunhas residentes em

Immm

4



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

177

Comarcas distintas da que se encontra a Ação Penal, fornecendo endereços errados e inexistentes.

Vê-se, portanto, que o prolongamento do feito deve-se unicamente à Defesa, aplicando-se ao presente caso o disposto na Súmula nº 64, do Superior Tribunal de Justiça, *in verbis*:

Súmula 64: NÃO CONSTITUI CONSTRANGIMENTO ILEGAL O EXCESSO DE PRAZO NA INSTRUÇÃO, PROVOCADO PELA DEFESA.

Ademais, bem observou o douto Procurador de Justiça (fls. 93):

“Por outro lado, consta das informações que o referido paciente responde a vários outros processos criminais por estelionato, receptação qualificada, formação de quadrilha, falsificação de documento público, falsidade ideológica e homicídio, razão pela qual recomenda-se a manutenção de sua prisão cautelar, já que uma eventual concessão de liberdade provisória em seu favor lhe possibilitaria a continuação de tais atividades ilícitas extremamente danosa à sociedade e a perpetuação da desordem pública.”

Em face de tudo o que foi exposto, em consonância com o parecer ministerial, voto pela denegação da ordem.

É como voto.

Recife, 16 de dezembro de 2009.

Des. Antonio de Melo e Lima
Relator